



SUMÁRIO

CAPÍTULO I – CONCEITUAÇÃO DO DIREITO AMBIENTAL.....	1
1. Meio ambiente: concepções técnicas e científicas	1
2. O direito do meio ambiente: natureza jurídica. Designações.....	5
2.1. Natureza jurídica.....	5
2.2. Designações.....	8
3. Direito ambiental: conceito.....	8
 CAPÍTULO II – AS COMPETÊNCIAS DOS ENTES FEDERADOS EM MATÉRIA AMBIENTAL NA CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA DE 1988	 13
1. A distribuição de competências no federalismo. As regras tradicionais. O novo federalismo de cooperação	13
1.1. As regras tradicionais do federalismo clássico.....	13
1.2. O federalismo cooperativo.....	16
2. As competências dos entes da federação segundo a Constituição de 1988.....	17
2.1. Competências privativas.....	17
2.1.1. Análise jurídica das competências constitucionais em matéria ambiental.....	18
2.1.1.1. Poder de polícia: fase preventiva (licenças) e repressiva (sanções). Infrações e sanções. Previsão em lei. Princípio federativo.....	18
<i>As sanções administrativas e o princípio da legalidade. Caráter indissociável das compe- tências para licenciar e aplicar sanções</i>	<i>23</i>
<i>O princípio federativo.....</i>	<i>26</i>

2.2. Competências comuns	27
2.2.1. A competência comum na Constituição de 1988 (art. 23 e parágrafo único): distorções de interpretações	28
2.2.2. A Lei Complementar nº 140, de 8 de dezembro de 2011, que fixa diretrizes para a cooperação entre os entes federativos em matéria ambiental	32
2.3. Competência concorrente	44
2.4. Distinções entre a competência comum e a concorrente	45
3. Delineamento e detalhamento das competências constitucionais dos entes federativos em matéria ambiental	46
3.1. As competências da união	46
<i>De natureza privativa</i>	46
<i>De natureza concorrente</i>	46
<i>De natureza comum</i>	47
3.2. As competências dos estados	48
<i>De natureza privativa</i>	48
<i>De natureza concorrente</i>	48
<i>De natureza comum</i>	48
3.3. As competências dos municípios	48
<i>De natureza privativa</i>	48
<i>De natureza supletiva</i>	48
<i>De natureza comum</i>	48

CAPÍTULO III – PRINCÍPIOS QUE REGEM O DIREITO AMBIENTAL

1. Princípios gerais	51
1.1. Princípios de direito público	52
1.2. Princípios de direito administrativo	52
2. Os princípios constitucionais da ordem econômica e a proteção do meio ambiente: a ponderação dos interesses em conflito	53
3. Princípios fundamentais do direito ambiental	60
3.1. A inexistência de uma principiologia do direito ambiental no direito pátrio	60

3.2. Os significados dos princípios fundamentais do direito ambiental	61
<i>O princípio da prevenção</i>	61
<i>O princípio do poluidor-pagador ou da responsabilização</i>	61
<i>O princípio da cooperação</i>	62

CAPÍTULO IV – INSTITUTOS E INSTRUMENTOS JURÍDICOS DO DIREITO AMBIENTAL..... 65

1. O poder de polícia do estado	65
2. O dever de publicidade	70
3. A obrigatoriedade do estudo de impacto ambiental	71
4. O zoneamento ambiental	73
5. Os impostos e seu uso extrafiscal, os preços públicos e a defesa do meio ambiente	74
5.1. Os impostos e seu uso extrafiscal	74
5.2. Os preços públicos e a defesa do meio ambiente	75
<i>A possibilidade da cobrança de preços públicos pelo uso ou derivação de recursos hídricos</i>	75
<i>A impossibilidade constitucional da cobrança de preços públicos pela utilização dos demais recursos ambientais</i>	79
6. O estabelecimento de padrões ambientais	80
7. A responsabilidade civil objetiva	82
7.1. A responsabilidade objetiva pelos danos ambientais	82
7.2. A responsabilidade solidária da administração por danos ao meio ambiente	87
<i>A responsabilidade civil do estado por ato ou omissão da administração</i>	88
<i>A responsabilidade civil do estado por fato de outrem e o exercício do poder de polícia administrativa</i>	91
<i>A responsabilidade civil do estado por atos administrativos</i> ...	93
<i>Responsabilidade solidária da administração por danos ao meio ambiente</i>	95
<i>Excludentes da responsabilidade solidária da administração</i> ...	98
<i>Observação final e necessária</i>	98

7.3. O nexo de causalidade na responsabilidade objetiva. Causa é ato comissivo.....	99
<i>Introdução</i>	99
<i>O nexo de causalidade: liame ou causa do dano ambiental, entre o poluidor e o dano perpetrado</i>	101
<i>Somente os atos comissivos (causadores do dano) empenham a responsabilidade civil objetiva ambiental</i>	101
<i>Conclusões</i>	106
8. A criminalização dos danos ambientais	108
8.1. As recentes sanções penais.....	113
9. O controle administrativo preventivo: autorizações, concessões e permissões.....	116
9.1. Licenciamento ambiental e estudo de impacto ambiental. Novas regras.....	117
10. O controle administrativo repressivo: embargos de obras, interdições de atividades e fechamento de estabelecimentos.....	121
10.1. A lei que fixa sanções administrativas (e penais) em matéria ambiental.....	122
11. Os meios processuais de defesa ambiental.....	127
11.1. As ações do Código de Processo Civil.....	127
11.2. Ações especiais.....	127
<i>O mandado de injunção</i>	127
<i>A ação civil pública</i>	130
<i>A ação popular</i>	134
<i>O mandado de segurança coletivo</i>	136
12. A criação de unidades de conservação. O tombamento	137
12.1. Unidades de conservação.....	137
12.2. O tombamento	145
13. Os fundos para a proteção ambiental	146
14. O planejamento e os planos ambientais	148
15. Política nacional de resíduos sólidos (visão geral e anotações à lei nº 12.305, De 02.08.2010).....	153
15.1. Introdução	153
15.2. Da constitucionalidade da Lei Nacional de Resíduos Sólidos....	153
15.3. Comentários sobre o Título I – disposições gerais	154

15.4. Comentários sobre Título II – da política nacional de resíduos sólidos.....	155
15.5. Comentários sobre o Título III – das diretrizes aplicáveis aos resíduos sólidos	160
15.6. Comentários sobre o Título IV – disposições transitórias e finais...	182
15.7. Planos municipais de gestão integrada de resíduos sólidos	185
CAPÍTULO V – ÂMBITO E CONTEÚDO DO DIREITO AMBIENTAL.....	191
1. Finalidade deste capítulo.....	191
2. Defesa da qualidade dos componentes ambientais naturais	193
<i>Defesa do solo</i>	193
<i>Água</i>	194
<i>Ar</i>	195
<i>Florestas e vegetação nativa</i>	196
<i>Fauna</i>	197
<i>Subsolo</i>	198
3. Defesa dos componentes ambientais humanos.....	198
3.1. Defesa do âmbito construído e cultural.....	198
3.2. Defesa dos âmbitos saúde e vida.....	199
3.3. Educação e conscientização ambiental.....	201
CAPÍTULO VI – DIREITO AMBIENTAL COMPARADO E DIREITO AMBIENTAL INTERNACIONAL.....	203
1. Explicação e finalidade deste capítulo.....	203
2. Aspectos mais relevantes e destacados do direito comparado (visão geral).....	204
2.1. Da literatura jurídica	204
2.2. Dos aspectos doutrinários e legislativos.....	210
<i>Considerações de juristas ambientais, de ordem genérica</i>	210
<i>Considerações de juristas ambientais, de ordem específica (aspectos pontuais, por países)</i>	217
3. Aspectos mais relevantes do Direito Ambiental Internacional (visão geral).....	238
3.1. Evolução contemporânea da ciência ecológica	238

3.2. Os eventos marcantes.....	240
3.3. Pródromos e estágio atual do Direito Ambiental Internacional.	241
<i>Os eventos mais importantes</i>	241
<i>Os princípios do Direito Ambiental Internacional</i>	244
<i>Visão geral da doutrina, dos documentos e das normas do Direito Ambiental Internacional (aspectos relevantes)</i>	245
BIBLIOGRAFIA	259